

HISTÓRIA E ACONTECIMENTO: IMAGENS NARRATIVAS NO RELATO ORAL DE UMA LIDERANÇA DOS TRABALHADORES RURAIS DE RONDON DO PARÁ

HISTORY AND EVENT: NARRATIVE IMAGES IN THE ORAL REPORT OF A LEADERSHIP OF THE RURAL WORKERS OF RONDON DO PARÁ

Regina Beatriz Guimarães Neto¹

Endereço profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-901.
E-mail: reginabeatrizg@gmail.com

Airton dos Reis Pereira²

Endereço profissional: Avenida Hiléia - Agrópolis do INCRA Amapá, 68502100 - Marabá, PA.
E-mail: airtonper@yahoo.com.br

Resumo: O artigo analisa a produção das imagens narrativas nos relatos orais e sua importância para ressignificar acontecimentos passados. As lembranças quando narradas se tornam relatos inseparáveis de sua dimensão visual: das memórias emergem um mundo de múltiplas imagens. O texto privilegia a reflexão sobre as imagens narrativas no relato oral de memória de uma líder sindical sobre a violência aos trabalhadores rurais no Pará.

Palavras-chave: Imagens narrativas; Relatos Oraís; Trabalhadores Rurais.

Abstract: The article analyzes the production of narrative images in oral reports and their importance to resignify past events. The memories when narrated become inseparable accounts of their visual dimension: from the memories emerge a world of multiple images. The text privileges the reflection on narrative images in the oral report of memory from a union leader on violence against rural workers in Pará.

Keywords: Narrative images; Oral reports; Rural workers.

1 Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (1996). É professora Adjunto IV do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É atualmente professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (Unifesspa).

Em novembro de 2000 Maria Joel da Costa, acompanhada dos quatro filhos, vê quando um pistoleiro, na frente de sua pequena casa, assassina José Dutra da Costa, o Dezinho, seu marido e pai de seus filhos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Rondon do Pará, com 43 anos. Tempos antes, na década de 1980, deixam o estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, para se estabelecerem no estado do Pará, região Norte. A expectativa é a de conseguir um pedaço de terra nas tão afamadas áreas das novas migrações na Amazônia, que recebe milhares de trabalhadores pobres.

Do traumático acontecimento, que traça uma linha invisível entre o antes e o depois na história de vida de Joelma, como é conhecida, emerge a mulher trabalhadora que assumirá, dois anos depois do assassinato do marido, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará. Este município se situa em uma área da Amazônia que alcança os mais altos índices de assassinatos de trabalhadores rurais e utilização de trabalho escravo no Brasil³.

Neste artigo analisamos “fragmentos” do relato oral de Joelma⁴ que narram o impacto da morte do marido em sua vida e, depois, a importante atuação que teve no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O objetivo é refletir sobre a narrativa e as imagens do “tempo da aprendizagem” que se engendram na experiência e organização da luta dos trabalhadores rurais, relacionadas aos violentos conflitos pela terra na parte sul e sudeste do estado do Pará. Tempo de aprendizagem e tempo de ação, em que a sua liderança se torna uma referência para os sindicatos rurais combativos no estado do Pará, com reconhecimento nacional.

A inspiração – leitura – que guiará nossas análises sobre “imagens narrativas” vem, inicialmente, das reflexões que acompanham os primeiros passos de Walter Benjamin no ensaio “A imagem de Proust”⁵. Neste texto, Benjamin tem como ponto de partida o fato de que não temos acesso direto ao passado e nos alerta: “Sabemos que Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu...”⁶. Tal afirmação nos remete ao tema da narrativa e da memória, que Gabriel Garcia Marquez eternizou no título de sua autobiografia: *Vivir*

3 Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos 49 massacres de trabalhadores rurais no Brasil, entre 1985 e 2019, 28 (63,63%) estão localizados no Pará. Destes massacres registrados, 22 (42,55%) ocorrem em áreas do sul e sudeste do Pará. Computa-se que, de 229 pessoas assassinadas em massacres, 131 (57,20%) se encontram no Pará, e 108 delas (47,16%) também são mortes registradas nas partes sul e sudeste do estado (CPT. Massacres no campo. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, junho 2018). Ainda, segundo a CPT, 54.798 trabalhadores são resgatados em situação de trabalho escravo nos anos compreendidos entre 1995 e 2018. Deste total, 13.517 trabalhadores (24,67%) são resgatados apenas no estado do Pará, sendo que cerca de 70% dos trabalhadores resgatados localizam-se em fazendas situadas em áreas do sul e sudeste do estado (CPT. Panorama estatístico do trabalho escravo no Brasil-1995-2018, 10/01/2019; CPT. Conflitos no Campo Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019).

4 As entrevistas com Maria Joel da Costa (Joelma), realizadas em Marabá (PA), no Centro de Formação Cabanagem, em abril de 2012, têm uma duração de aproximadamente 8 horas. Joelma está acompanhada por dois policiais armados, seus seguranças (um homem e uma mulher). Ela recebe proteção policial desde 2004, quando se intensificam as ameaças de morte contra ela.

5 BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: Obras Escolhidas, v.1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 36-49.

6 Idem, p.37.

*para contarla*⁷. Tanto o escritor quanto o filósofo levam em conta que o relato de memória que parte das indagações do presente ressignifica os acontecimentos passados “em que a recordação é a trama e o esquecimento a urdidura”⁸. Para Benjamin é crucial a ideia de que “... é a reminiscência que prescreve, com rigor o modo da textura”, no qual o ato de rememorar desenha pouco a pouco os caminhos que se abrem às paisagens da memória. Não há nenhuma predeterminação neste jogo imaginativo da rememoração e não se sabe aonde chegar. Contudo, quando as lembranças são narradas elas se convertem em histórias e os “acontecimentos se produzem”:

Ou seja, eles não aparecem de modo isolado, patético e visionário, mas são anunciados, chegam com múltiplos esteios, e carregam consigo uma realidade frágil e preciosa: a imagem. Ela surge das estruturas das frases proustianas ...⁹

Frases que, em Marcel Proust, emergem em diversas camadas de cor e aromas, nas quais as imagens dos personagens de *Em busca do tempo perdido*¹⁰ fazem a sua aparição e emitem signos. Na senda aberta por Benjamin, leitor de Proust, com palavras e imagens não há lembrança que, quando articulada em linguagem, não se converta em uma história narrada; e narrativa que, quando tecida, prescindida de imagens. A narrativa é visual: das estruturas das frases emergem um mundo de múltiplas imagens que condensam a rememoração.

Proposição crucial para analisar os relatos orais, que nos permite acompanhar a construção do tecido da memória no ato da rememoração e do esquecimento¹¹. Assim, no fluxo da narrativa, entre a linguagem verbal e a linguagem produtora de imagens, indissolúvelmente entrelaçadas, apreendem-se as imagens escolhidas para perdurar.

*

A fim de melhor potencializar as análises, organizamos os fragmentos da entrevista com Joelma em dois núcleos principais. No primeiro, o objetivo é debater as imagens narrativas que emergem das lembranças do tempo em que seu marido estava vivo e a estimulava a “compreender”¹² o papel dele enquanto presidente do sindicato,

7 MARQUEZ, Gabriel Garcia. *Vivir para contarla*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002.

8 BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*. In: *Obras Escolhidas*, v.1. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Op. cit., p.37.

9 *Idem*, p.40.

10 PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido*. 7 volumes. São Paulo: editora Globo, 1990.

11 Para as reflexões das relações entre memória e narrativa destacamos as análises de RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. E, especificamente sobre memória e relatos orais, consultar, entre outras importantes referências, as análises desenvolvidas por MONTENEGRO Antônio. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010; e JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Reminiscências: vestígios da memória*. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa. *História oral e migrações. Método, memória, experiências*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

12 No sentido que Hannah Arendt dá ao termo: “A compreensão baseia-se no conhecimento e o conhecimento não pode desenvolver-se sem uma compreensão prévia, ainda por articular”. *Compreensão e política e outros ensaios 1930-1954*. Trad. Miguel Serras Pereira. Relógio D'Água Editores, 2001, p.235.

sua luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e o sentido da participação política. O relato do assassinato do líder sindical ganha cores especiais não apenas pela sua dimensão trágica, mas por evidenciar as práticas dos proprietários, associadas às grilagens de terras e às ações dos pistoleiros¹³. O segundo núcleo se refere a narrativa de Joelma em que constrói discursivamente a sua “atividade combativa” já como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará. Esta experiência a levou ser ameaçada de morte por “consórcios” de grandes proprietários e empresários rurais, em diversas vezes. Mulher, trabalhadora, mãe de 4 filhos e liderança do Sindicato são marcas que emolduram a sua imagem.

Desejávamos estabelecer algumas questões que o relato oral de Joelma nos permite refletir sem, no entanto, postular respostas acabadas que enquadrem a narrativa e limitem o seu alcance. O objetivo é problematizar o “retorno do acontecimento” na atividade narrativa e “dar a ver” cenários com poder de significar o relato como história. É crucial para nossas análises compreender que a visibilidade que os testemunhos individuais e coletivos produzem agem sobre o presente e operam uma nova percepção do passado, operação esta que atualiza a narrativa da história no tempo presente¹⁴. É graças, ainda, a esta relação que se estabelece entre linguagem verbal e visual que a interferência da imaginação potencializa o lembrar como “fulguração” e ilumina o passado no presente, orientados que estamos pela leitura de Benjamin sobre Proust e, também, pelas *teses da história*¹⁵.

O relato de uma aprendizagem

Ao eleger para análise o processo de rememoração contido no relato oral de Joelma, nossas reflexões contextualizam, em uma escala micro-histórica, os acontecimentos narrados. Tempo e espaço, nessa problematização, aparecem interconectados à particularidade histórica das lutas entre trabalhadores e grandes proprietários no sul e sudeste do Pará. É o período que se segue logo após o fim da ditadura militar, da “redemocratização”, a partir de meados da década de 1980, até a configuração política dos dias de hoje. Desse modo, as linhas temporais e espaciais que se interligam – através da narrativa – às dimensões macro-históricas relevam as experiências dos trabalhadores rurais na história dos conflitos agrários, não apenas na Amazônia, mas no Brasil.

13 Conferir, para a análise dessas práticas e ações que configuram o campo da ilegalidade e impunidade, o importante trabalho de FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. E do mesmo autor, *Rio Maria: canto da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

14 Ver sobre “testemunhos” e tempo presente a contribuição de DOSSE, F. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: UNESP, 2013.

15 BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da História*. In: *Obras Escolhidas*, v.1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.222-232.

A narrativa de Joelma não só dá visibilidade ao sofrimento, à perda familiar, mas explicita aspectos fundamentais da violência concretizada no *modus operandi* dos proprietários para o controle de grandes extensões de terra¹⁶. A maneira ou “como” realizam suas ações se torna bastante visível nas práticas ilegais – e mesmo aquelas consideradas “legais” – para adquirir terra no Pará. Práticas e dispositivos que, amparados por diversas políticas governamentais, implementadas durante a ditadura militar¹⁷, como a abertura de rodovias, regularização fundiária pelos órgãos federais e estaduais¹⁸, incentivos fiscais, créditos subsidiados, entre outros, estimulam e possibilitam a instalação de empresas agropecuárias na região¹⁹.

A linguagem testemunhal utilizada por Joelma, especialmente na primeira parte de sua entrevista, não se apresenta apenas autorreferencial (eu vi, eu estava ali ou “esta é a minha história”), mas, sobretudo, indica uma história coletiva corporificada no sindicato dos trabalhadores rurais, situado em um território demarcado por intensos e prolongados conflitos agrários onde o poder dos proprietários rurais e grileiros de terra tem imperado²⁰. Configura-se, neste contexto, um espaço de confronto entre proprietários, em conjunto com as ações de grileiros, e “posseiros”, em que esta categoria social, “posseiro”, multiplica e potencializa novos significados políticos²¹.

Nesse quadro, o testemunho de Joelma se torna muito importante, porque se constitui, também, um ponto de partida para analisar vínculos sociais que são fundamentais para a organização política dos trabalhadores em sua reivindicação pela terra. Argumentamos que o seu testemunho carrega a força de uma história individual e social e, assim, estabelece relações com outras histórias e experiências, pois ao elaborar o “relato de si”, a narrativa se torna indiciária²².

É nesse plano do tempo e espaço vivido que a narrativa provoca a irrupção de imagens visuais, crucial para a produção de significados “com uma função cognitiva”²³.

16 Inúmeras propriedades apresentam mais de 100.000 ha de terra, como as de Roque Quagliato, Nicolau Lunardelli, João Lanari do Val, Décio José Barroso Nunes, entre outros.

17 Apoiamo-nos em uma rica bibliografia sobre a questão agrária no Brasil, particularmente sobre a Amazônia. Cf. MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991; IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978; LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: estado, homem e natureza. Belém: CEJUP, 1992; COSTA, Francisco de Assis. Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do Desenvolvimento Sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000; PETIT, Pere. Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003; HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: ADUFPA, 2004.

18 Como as coordenadas pelo Grupo Executivo de Terra do Araguaia-Tocantins (GETAT) e Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

19 No sul e sudeste do Pará, até meados da década de 1980, cerca de 9 milhões de hectares de terra já haviam sido ocupadas por fazendas de gado. Cf. KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, v.16, n. 45, p.37-61, São Paulo, 2002.

20 Segundo a CPT do Pará, entre 1970 e 2018, cerca de 1.001 trabalhadores rurais, agentes de pastorais e advogados foram assassinados no estado do Pará em razão dos conflitos agrários, sendo que 709 se localizam no sul e sudeste paraense. Cf. CPT PA. Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2019). Marabá, 2019.

21 Pereira analisa que, no sul e sudeste do Pará, “posseiros” são trabalhadores rurais que ocupam em geral áreas devolutas, tidas como posses “antigas”, as quais não apresentam contestação por qualquer pessoa e nelas fizeram moradas habituais de suas famílias. Contudo, considera também que “posseiros” são trabalhadores rurais, principalmente migrantes de outras regiões do País, que lutam pela terra, quer sejam aqueles que disputam áreas de terras devolutas consideradas “novas”, simultaneamente com empresários, fazendeiros ou comerciantes, quer sejam aqueles que ocupam imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos. Ou seja, nessa análise, considera-se que trabalhadores rurais se apropriam de uma designação até então empregada para nomear ocupantes de terras devolutas e usos e posses já há muito estabelecidas na Amazônia, para recriá-la com outros significados e sentidos em uma nova situação ou prática social. Cf. PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: EdUFPE, 2015.

22 Consideramos os caminhos metodológicos utilizados na construção dos relatos orais nos capítulos do livro: GOMES, Ângela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Trabalho escravo contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2018. As autoras lançam mão dos relatos orais de diversos agentes sociais para efetuarem as análises que embasam a narrativa do tema proposto.

23 Ver RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Op. cit.

No caso específico da história de vida de Joelma, evidencia-se uma história dos trabalhadores e dos conflitos agrários no Pará. As cenas são tecidas com o material da memória:

Foi muito difícil no início para mim. Primeiro eu não aceitava, porque eu tinha muito medo de matarem ele.

Então era muita... Muita coisa, muito desespero meu e dos meus filhos, não é? Porque até então, eu só era sócia do sindicato. Eu estava na diretoria, mas mais lá na ponta. Não na frente. E aí a gente convivendo, passar oito anos de toda essa luta, toda essa história, ter que esconder o marido? Chegava em casa, trancava a porta para dizer: – *Meu senhor, muito obrigada, o Dezinho tá dentro de casa, meu Deus!* E aí chegar a pessoa dentro da tua casa e dizer – *toma cuidado!* Nossa! Era muito difícil, muito difícil nossa vida. É... o Dezinho representando os trabalhadores, muito difícil.

A insegurança cotidiana provocada pela pressão dos conflitos se efetua na imagem que Joelma retrata a condição vulnerável do representante dos trabalhadores, ao mesmo tempo, flagra o momento em que agradece a presença do marido no abrigo da sua casa. Mas se argumentarmos que essa condição não protege as suas vidas, apreendemos o nível de tensão que alcança a família do sindicalista.

E como que eu ia ficar com quatro crianças, tudo pequena? E teve momento de a gente chamar ele, eu e meus quatro filhos.

– *Dezinho senta aqui:*

Ele sentava e as criança tudo ao redor, as crianças ficavam de joelho ali perto, e eu ficava na frente e aí a gente dizia:

– *Dezinho, pelo amor de Deus como é que você vai ficar nessa luta... E nós? Vão lhe matar e como é que nós ficaremos sem você?*

E ele dizia assim:

– *Meu bem... – ele me chamava de meu bem – Meu bem, você é uma mulher muito forte. Deus me deu uma mulher muito especial. Eu sei que você cuida dos nossos filhos, eu sei, se chegar um dia eu morrer, os meus filhos não vão ficar desamparados, você vai cuidar, você é forte.*

E eu dizia:

– *Negativo Dezinho. Isso não existe, eu vou morrer também. Nossa família vai acabar. Como é que eu fico?*

E era desespero. Eu só sei que terminava convencendo a gente, todo mundo chorando, abraçado, naquele momento assim, que se tivesse algo para registrar vários momentos que foi, meu Deus do céu!

Foi muito triste e ao mesmo tempo muito bonito, da certeza que ele tinha que era um projeto que ele defendia que dava certo, não é? Que não era

em vão aquele projeto? Mas, naquele momento, era muito difícil...

São palavras que “desenham e pintam quadros”, sobretudo possibilitam a construção visual dos eventos e circunstâncias vividas que antecipam uma perda que está por vir. Para o escritor O. Pamuk, “as palavras mobilizam nossa imaginação visual”²⁴, e através dos cenários descritos: “Então nos damos conta de que a paisagem foi composta para refletir os pensamentos, emoções e percepções da figura que nela se encontra”²⁵. Mas, é no plano narrativo que a escrita compõe a trama e entrelaça imagens e palavras que expressam o sentido da história. O relato oral, como testemunho, no movimento que o transforma em escrita, permitirá que o enunciado seja tratado como prática discursiva, importante para a análise historiográfica.

As estratégias discursivas com as quais nos deparamos nos relatos orais são fundamentais para interagir com os entrevistados e de certo modo “entrar” e “chegar a fazer parte” do tempo narrado, diminuindo a distância entre nós e os/as entrevistadas/os²⁶. Mas sempre atentos à proposta historiográfica, que valoriza o uso e o entrecruzamento de vários tipos de documentos, para evitar mal-entendidos. Desse modo, o relato oral no âmbito da análise historiográfica dialoga com várias temporalidades e se constitui como “rastros documentais”, que leva em conta o “regime de historicidade” no qual se encontra inserido. Nessa perspectiva, o historiador “pode convidar a um desprendimento do presente, graças à prática do olhar distanciado. O instrumento do regime de historicidade auxilia a criar distância para, ao término da operação, melhor ver o próximo.”²⁷

Nos termos de Paul Ricoeur, a atividade de “contar a história” coloca em contato direto a experiência temporal e a operação narrativa²⁸. No texto citado de Pamuk, este autor nos coloca, também, diante de uma questão crucial, a de que a narrativa deve produzir efeito de realidade, pois “queremos ver não só os eventos, o fluxo e o drama, como o correlativo visual desse momento”.²⁹ Como leitores ou ouvintes tornamo-nos ativos, participantes e, também, criativos.

Joelma, em sua entrevista, ao contar a história de sua vida, relevando os momentos marcantes, dá visibilidade ao tempo da tragédia. Contudo, reconfigura o tempo da dor na imagem que salta ao presente e, partindo de seu “agora”, desloca o tempo da “mulher forte e mãe de quatro filhos”, “companheira do líder rural”, para a mulher, presidente do sindicato, associada a uma nova trajetória de luta pelos direitos

24 PAMUK, Orhan. O romancista ingênuo e o sentimental. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 74.

25 Idem, p.15.

26 O ato das “entre-vistas” como resultado do diálogo entre entrevistado e entrevistador é parte de uma análise cara a PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. In: Ensaios de história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010. Ver também GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Trabalho escravo contemporâneo na narrativa de uma líder sindical. In: GOMES, Ângela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Trabalho escravo contemporâneo. Op. cit.

27 HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 11.

28 RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

29 PAMUK, Orhan. O romancista ingênuo e o sentimental. Op. cit., p. 82.

dos trabalhadores. Tudo isso a torna emblemática. A frase dita no presente tem o poder de interpelar o passado. Indagamos, na entrevista, como se dá este movimento e esta passagem. Ela segue pontuando o “passo a passo”:

– Não, chegou um momento que ele me convenceu...

– Não, não tinha jeito. O jeito que teve era eu aceitar, aí ele dizia:

– *Meu bem, para você compreender você tem que participar. Você não pode ficar em casa. Eu lhe quero lá na assembleia, eu lhe quero lá na assembleia porque aí você participando, você vai compreender o que eu lhe falo, só se você participar* – então ele me incentivava sempre.

Aí eu dizia: – Não vou, Dezinho, não vou!

Ele disse: *Olhe, eu lhe espero lá. Arrume as crianças e eu quero chegar e quero enxergar vocês lá.*

E ela recorda sobrepondo imagens, agora com a imagem material da fotografia, referência à realidade de outrora:

– Nossa, tem até foto, assim quando as crianças pequenas chegavam no local das assembleias, já iam abraçar ele e tal, ele ficava tão feliz! De ver que os filhos estavam ali, eu estava ali, não é? Então parece que completava ele.

– *A minha família está completa, porque nós, mulher e filho, e a família dos trabalhadores.* – Ele dizia: – *Minha família está completa!*

A narrativa associa a sua família à dos trabalhadores, o que não deixa de ser uma prática discursiva recorrente e constitutiva da identidade das comunidades, importante na construção dos sindicatos rurais. A fórmula mágica é dada pela determinação do poder da aprendizagem política que compreende a participação da família no projeto social. E, nesse sentido, há dois aspectos a assinalar: o discurso de uma aprendizagem, pela participação no sindicato; e a construção da união da família, cara a sua formação cristã.

Ademais, ao elaborar suas reflexões rememorativas cruza várias linhas do tempo. No seu ponto de vista atual – produção discursiva – Dezinho já tinha uma “vocação para o trabalho em comunidades”. Ela estende um fio entre as práticas de solidariedade de Dezinho dos tempos de jovem, quando era liderança da juventude católica de uma Comunidade Eclesial de Base no interior do Maranhão, ao tempo das suas atividades sindicais no Pará:

Então a gente via que era uma coisa dele mesmo ali, não era uma fantasia. Então aquilo já era um dom, e eu me lembro quando eu namorava com ele, ele era totalmente diferente do outro irmão. O irmão dele era mais intelectual, vamos dizer assim, mas ele era da liga dos trabalhadores, ali com o pai dele, muitas vezes fazia aquele mutirão de trabalhador – que o pai dele sempre fazia uma roça muito grande – e ele não ia para o meio e ficava isolado, ele ia lá, para junto dos trabalhadores. Não foi só quando ele foi presidente do sindicato. Isso eu conheci ele fazendo... Ele não podia ver ninguém sofrendo que ele ficava doente em não ajudar!

As imagens discursivas são escolhas na produção das identidades, que se dão nos contextos específicos e nas relações de poder. A história do sindicalista assassinado mobiliza uma narrativa em diversos tempos, ressalta a ideia de cooperação e solidariedade e, desse modo, confronta a história da violência da luta pela terra no Pará. Joelma, irá emoldurar o poder da imagem de um sindicato combativo, mas que potencializa o discurso da cooperação, que torna a violência mais visível e cruel.

Em novembro de 2000 Dezinho foi assassinado. À indagação – “como foi o impacto da sua morte em sua vida?” – relata Joelma:

– Por mais que... era uma morte anunciada. Com todos os acontecimentos... Mas eu... jamais eu esperava a perda, porque ninguém tem preparação... Então quando aconteceu, meu Deus do céu, eu falo que parece que meu mundo caiu naquele momento, desabou tudo.

Chegava assim esses recados: – *Olha, tu não passa o Natal com tua família*, o Dezinho ouvia o pessoal falando “tu vai morrer, tu não passa o Natal com tua família...” Desespero...

As ameaças dos proprietários de terra seguem um padrão, Joelma testemunha o “tempo marcado” para a morte do sindicalista, fato que atesta o desprezo completo pelo estado de legalidade, em que as denúncias do sindicalista não têm nenhum efeito. Décio José Barroso Nunes, o Delsão, proprietário de madeiras e de fazendas em Rondon do Pará, é acusado de ser o mandante do assassinato do sindicalista.³⁰ Preso no dia 30 de novembro de 2000, é solto 13 dias depois, por ordem do desembargador Otávio Maciel, do Tribunal de Justiça do Pará que, sem solicitar informações à juíza da comarca de Rondon, que havia decretado a prisão preventiva do fazendeiro, defere o

30 Décio Barroso Nunes é acusado pelo assassinato de 5 trabalhadores de suas madeiras em Rondon do Pará. Acusado também por diversos crimes ambientais em suas fazendas, fato que responde a mais de 30 embargos do IBAMA. Responde também a mais de 500 processos na Justiça do Trabalho por ferir os direitos trabalhistas de funcionários de suas propriedades. Delsão responde, ainda, a mais de uma dezena de execuções fiscais na Justiça Federal de Marabá. O fazendeiro enfrenta também um processo na Vara Agrária de Marabá, por apropriação ilegal de mais de 130 mil hectares de terras públicas da União e do Estado do Pará. Acordo com informações divulgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, o juiz da 2ª Vara do Trabalho de Marabá, em fevereiro de 2012, penhorou 18 veículos e 892 cabeças de gado de Décio, num valor de R\$ 3.267.525,36, a fim de pagar direitos trabalhistas aos trabalhadores de suas fazendas, entre elas a fazenda Lacy, de mais de 100.000 hectares. Em agosto de 2015, cinco madeiras registradas em seu nome são condenadas ao pagamento de verbas trabalhistas, danos morais e existenciais a trabalhadores submetidos à situação análoga ao de escravo, no valor de R\$ 150.000,00. Cf. CPT, FETAGRI, STR de Rondon do Pará e SDDH. Nota Pública. Rondon do Pará, 29/10/2018; TRT 8ª Região. Madeiras condenadas por danos existenciais ao impor trabalho análogo ao escravo. 10/08/2015; CPT de Marabá. Justiça do Trabalho confisca bens de fazendeiro acusado de crime no campo. Marabá, 17/02/2012.

pedido de liberdade impetrado por seus advogados. A maneira como o poder judiciário atua é recorrente nos assassinatos de trabalhadores rurais.³¹

Diante da impunidade, Joelma, laconicamente denuncia: – “Está solto até hoje...”

Ao informar sobre a prisão do pistoleiro, ela responde enfática, emoldurando a imagem heróica e simbolicamente urdida em sua narrativa, da última ação do sindicalista assassinado, diante da inoperância da polícia e do judiciário:

“- Foi preso... porque... O próprio Dezinho prendeu.”

A descrição do assassinato

– No dia 21 de novembro, entre sete e meia, oito horas da noite, chegou um homem na minha porta, que sempre a nossa porta era trancada, a gente não andava com porta aberta, muitas vezes ficava só a janela aberta, e isso era quando ficava. Tudo era fechado! Uma casinha de madeira e tal...

Nesta breve exposição, há muito aspectos a analisar. Para o nosso intento aqui o principal é destacar a condição precária da vida da família do sindicalista, que a tornava vulnerável às ações dos pistoleiros, famílias-alvo das ameaças constantes dos fazendeiros, madeireiros e outras categorias que adotam práticas de assassinato para eliminar a figura indesejável das lideranças de trabalhadores rurais. É importante analisar que a percepção da precariedade e vulnerabilidade dos trabalhadores rurais, por parte dos que têm poder econômico e optam por eliminar os que consideram “intrusos” e sem direitos, potencializa a violência a eles direcionada. Contudo, esta análise é insuficiente e não se deve desconsiderar a outra face da questão, isto é, a do poder da iniciativa dos trabalhadores. Poder que se traduz em práticas que os posicionam em sua capacidade ativa de articulação política, em que não se assumem como vítimas passivas, movendo-se publicamente em busca de direitos. É este fator que possibilitará, mais tarde, a emergência de Joelma na presidência do sindicato.

Nessa direção é que podemos desnaturalizar a violência aos trabalhadores e buscar entendê-la na organização social e política na qual se encontra inserida ou pela qual é produzida.

Mesmo com toda a tensão que reina na moradia da família, presos no interior de sua própria casa, o foco não está na “espera mortal” e nem tampouco se paralisa a ação. Presta-se atenção às estratégias sub-reptícias dos mandantes dos crimes, e Dezinho

31 Segundo os dados da CPT, entre 1985 e 2017, no estado do Pará, dos 466 casos que resultam na morte de 702 trabalhadores rurais, agentes de pastorais e advogados por questão de terra, apenas 22 são julgados pela justiça. Desses, 13 mandantes condenados e 4 absorvidos, 18 pistoleiros condenados e 160 absolvidos. Dos condenados, apenas 3 mandantes, 2 pistoleiros e um intermediário estão presos, sendo que um cumpre pena em prisão domiciliar e outro cumpre pena em regime semiaberto. Cf. CPT. Assassinatos e Julgamentos (1985 a 2017). Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 10/04/2018.

segue seu caminho para resolver os direitos sociais dos trabalhadores. Mas há uma mudança abrupta no decorrer da sua história e as sombras do pesadelo irão cobrir a narrativa de Joelma ao montar os momentos tensos que antecedem o crime. Vemos com os seus olhos, de “seu” mundo, o desfecho trágico:

E aí esse cara chegou batendo na porta, eu olhei pela janela, uma pessoa simples, um jovem, uma pessoa muito simples, não aparentava nada de pistoleiro. E chegou para mim e perguntou – *Seu Dezinho tá em casa?* Eu disse – *Não, Dezinho não tá em casa.* [o rapaz respondeu] – *Sim, mas eu quero falar com Seu Dezinho, eu estou com um problema que só ele pode resolver, eu já me informei que ele ajuda as pessoas e eu quero que ele me ajude.* Veio todo compadecido, dizendo que queria ajuda do Dezinho. Eu disse: – *Não, mas ele não está em casa.* Ele disse: – *Mas eu podia entrar para falar com a senhora?* Abri a porta, ele entrou, e disse... Sentou do meu lado no sofá, e disse – *Olhe, porque a minha avó... O meu avô faleceu e eu quero encaminhar a pensão da minha avó, que nós estamos passando muita necessidade e só Seu Dezinho pode nos ajudar, é uma questão mesmo de ajuda.* Todo compadecido, né? Muito triste e tal... E eu me compadeci por aquela história.

“E eu me compadeci por aquela história...” A frase soa fatal ou pré-anuncia o acontecimento trágico, ao mesmo tempo que indica a maneira, ou melhor, a postura ética do sindicalista. Em seguida, ela descreve a “logística do crime”. Os pistoleiros são informados sobre o perfil do trabalho de Dezinho e se aproveitam da sua postura, vista como solidária, para atender os que consideravam necessitados de ajuda:

Aí minha filha caçula... eu chamei, eu digo – *Minha filha, vá chamar seu pai que tem uma pessoa que está precisando da ajuda dele.* Vizinho... Ele era uma pessoa muito querida na vizinhança, então o vizinho tinha feito uma comida de maranhense, né? E mandou chamar ele para comer. A minha filha foi até o vizinho na rua.

Nesses traços discursivos, o relato oral expõe a rede de solidariedade que os trabalhadores rurais criam em torno de si e os vínculos sociais que os fortalecem. Na “vizinhança” se produzem disposições afetivas e modos de ver as situações críticas para agir. Tal aspecto ajuda a enfatizar o papel ativo das comunidades de trabalhadores.

Demorou. Ele deve estar comendo, né? Demorou, e ele disse – *Seu Dezinho tá demorando, eu vou sair pra comprar um cigarro.* Eu disse – *Mas tu não disse que quer falar com o Dezinho?* Sentado do meu lado... Ele pediu água, eu dei. Quando a minha caçula estava entrando aqui, ele estava saindo, dizendo que ia comprar um cigarro, mas não era, era pra olhar se o cara, o outro intermediador da morte estava na esquina,

esperando ele numa moto, para quando ele desse sinal com o Dezinho em casa, e matar dentro de casa. Porque esse era a fala que se tinha. Ia matar ele dentro da nossa casa. E só não matou dentro da casa porque nesse momento o Dezinho não estava. E a minha filha ia passando – *Mamãe, o papai está vindo!* Ele [o rapaz] estava saindo, tinha um portãozinho na frente, ele estava saindo de dentro da casa para o portão e eu disse – *Olha aí, o Dezinho está vindo.* Isso quando eu disse “o Dezinho está vindo”, o Dezinho estava virando a esquina, eu digo – *Olha, o Dezinho está aqui.*

Como em uma crônica, em dimensão visual, “Matar dentro de casa” obedece a uma lógica em que a morte deve representar a exemplaridade da punição por parte dos proprietários envolvidos. A casa... O abrigo: “o crime que adentra a casa e a marca com sangue!” E no tempo determinado pelo mandante: “antes do Natal!” O exemplo serve a quem não se submete a um tipo de enquadramento social, que é seletivo e modelar. A imagem do momento tinge e silencia o ato:

Eu fiquei na porta, ele abriu o portãozinho e ficaram conversando bem na frente da casa, tudo o que ele me falou, que queria ajudar a avó e tal, falou a mesma coisa para o Dezinho, aí eu entrei. Só deu tempo de sair da porta e eu entrar no quarto, quando já ouvi o disparo. Aí parece que naquele momento, parece que acabou. Meu corpo parece que acabou todo, né? – *Meu deus, o Dezinho!* Saí correndo. Quando eu vi o Dezinho já estava rolando com ele, trançando uma luta, com três tiros no peito, trançando uma luta, e tinha uma vala assim, eles caíram dentro daquele vala, e eu gritando pedindo socorro, socorro, e quando meu primeiro vizinho que morava, assim, no fundo da minha casa chegou, e disse – *O cara matou o Dezinho!* Que a gente olhou aqui dentro do buraco o Dezinho estava por cima do pistoleiro. Que ele era mais forte, e no impacto ele caiu por cima. Aí meus vizinhos chegaram naquele meu desespero, todo mundo chegou junto ali. Quando a gente tirou o Dezinho dali, o Dezinho já estava morto e o pistoleiro quis ainda fugir só que a arma ficou dentro do buraco, só para você ter uma ideia da coisa. Ai o cara saiu: – *Não, não fui eu, não fui eu ...* e já correndo daqui, os vizinhos pegaram ele, naquele momento ali que chamaram o Dezinho, não tinha mais jeito, o Dezinho... Todo ensanguentado... e já estava morto. E a vizinhança pegou o pistoleiro e amarraram, queria matar naquele momento e eu desesperada gritei para os vizinhos – *Não matem! Se matar ele não vai falar quem foi!* E a minha ideia era que, através do pistoleiro, a gente chegaria no nome do mandante... Mas o pistoleiro foi preso, passou seis anos pra ser julgado, foi julgado e condenado, vinte e nove anos. E após o julgamento de vinte e nove anos só passou dois anos [somados aos seis anos que estava preso]. Ao todo passou oito anos preso. E está foragido.

Interrupção do tempo. As imagens narrativas produzidas pelo relato oral potencializam nossa imaginação visual e congelam o tempo. É a força narrativa do testemunho de Joelma.

A descrição narrativa nos coloca face a face com o mundo da violência. Assistimos a cena pela descrição de Joelma, pelo seu ponto de vista identificando-nos com a cadência rítmica do ato apresentado na narrativa. Partilhamos com Joelma, da emoção até a sua disposição racional, ao impedir que matassem o pistoleiro. O cenário salta às vistas: a vizinhança, a indignação coletiva. Rememorar ganha um sentido social, é uma vida que importa, que se lastima por ela. Não é apenas uma tragédia familiar, mas a de uma coletividade. O líder está morto, uma das lideranças mais expressivas daquela região e naquele momento histórico específico, em que a morte de um defensor dos direitos dos trabalhadores é muito importante. Há certamente um mandante, representante que compactua com os interesses dos demais proprietários rurais. E assim, a ameaça dirige-se a homens e mulheres que ousam resistir.

A tragédia rememorada serve como catalizadora da denúncia das práticas de violência dos latifundiários, protagonistas de uma história da exploração e opressão que atinge os trabalhadores rurais. O espaço é coletivo: “– Aí meus vizinhos chegaram naquele meu desespero, todo mudo chegou junto ali”. Há uma perda social e os vínculos afetivos contam, deixam rastro testemunhal: o assassinato deve ser *reconhecido*, e são as relações sociais que se apresentarão de fundamental importância para a *produção do reconhecimento público*³². Registrar e relatar esse episódio é, como Joelma aponta em seu relato, uma denúncia da violência contra Dezinho, mas não apenas contra ele, também contra milhares de trabalhadores rurais do estado do Pará que têm sido ameaçados, expulsos de suas terras e assassinados³³.

Além disso, a narrativa oral de Joelma, conecta-se à vida de diversas mulheres, viúvas de lideranças sindicais assassinadas no Pará³⁴. Lideranças eliminadas por pistoleiros a mando de grandes proprietários de terra, que se sentem “feridos” com o trabalho político delas. Assassinar uma liderança é, em certa medida, eliminar fisicamente a vítima, mas é também uma tentativa de desarticulação da organização política do conjunto dos trabalhadores, silenciando vozes que se opõem às regras estabelecidas no universo da ilegalidade. Pelo relato de Joelma é isso que se procura fazer em Rondon do Pará com o assassinato de Dezinho. “Ceifar uma liderança”, explica Leonilde Medeiros,

é também procurar destruir um longo processo de preparação, de educação, de produção de novas percepções, gestadas no interior dos próprios movimentos. E é, acima de tudo, atacar não uma pessoa em particular, mas um símbolo de resistência e a voz que porta uma utopia

32 O caso do assassinato de Dezinho foi denunciado a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em 2004.

33 Cf. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Op.cit. E do mesmo autor, Rio Maria: canto da terra. Op.cit. TRECANNI, Girolamo Domenico. Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

34 MEDEIROS, Evandro Costa de. Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta e esperança de justiça. Marabá: Universidade Federal do Pará/LaBour Filmes, 2009.

mobilizadora³⁵.

O depois... eu vou contar essa história, uma história de vida, é uma história de vida. Para os meus filhos eu não vou contar uma história de morte.

Para o filósofo W. Benjamin, o fragmento do passado lampeja no presente, redimensiona o tempo histórico, imobiliza o instante e possibilita a irrupção de outro tempo, contra a repetição do mesmo e o esquecimento.

Abre-se um outro capítulo na história de vida de Maria Joel, a Joelma, após a morte de Dezinho. E na entrevista ela dimensiona a mudança radical em sua vida, com novas práticas que ensejam novas experiências.

Assumindo o sindicato... Por uma convivência democrática radical

Joelma inicia seu relato sobre o novo momento informando que, mesmo antes do assassinato, já fazia parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rondon do Pará, responsável pela Secretaria da Mulher. Embora ela procure reunir as mulheres trabalhadoras rurais das áreas de ocupações, acompanhadas pelo sindicato, ela diz que ter pouco poder de decisão naquele momento. Após a morte de Dezinho, afasta-se das atividades do sindicato para assumir a direção de uma creche mantida pela Prefeitura Municipal da cidade de Rondon do Pará. Naquele espaço de trabalho – pondera ela – realiza atividades que amenizam o sofrimento. Depois de um ano e meio neste trabalho é convidada por um grupo de lideranças dos trabalhadores rurais para se candidatar à presidência do STR de Rondon. Como o presidente do sindicato não convoca eleições, mesmo tendo ultrapassado o tempo de seu mandato, ela é eleita como presidenta de uma comissão encarregada de coordenar o sindicato e convocar, no prazo de seis meses, as eleições gerais da entidade. Explica:

Em agosto de 2002 fui eleita nesta junta governativa, num mandato de seis meses. Quando venceu nosso mandato a gente fez a convocação para o congresso, com o mandato de quatro anos. O outro pessoal não colocou mais nenhuma chapa. Foi uma chapa única. Já era consensual os trabalhos. Chamei os trabalhadores para trabalhar no conjunto, participando. E busquei os apoios das entidades como a FETAGRI, a CPT, a CONTAG, a CUT. Então a gente fez uma junção de apoio, não é? Para o trabalho não ficar isolado só no sindicato, e sim ter os apoios. No final de 2002 foram criados os quatro projetos de assentamentos de uma vez, né? Então isso foi motivo de muita alegria, foi motivo de muita alegria!

35 MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Dimensões políticas da violência no campo. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, p. 126-141, 1996, p. 137.

Joelma constrói a narrativa e apresenta discursivamente o cenário no qual inverte a sua posição anterior – “Eu estava na diretoria, mas, mais lá na ponta” – para se constituir protagonista de outro tempo no sindicato. É uma cena estruturadora das novas relações com outras entidades, relações que se expressam em “apoios” e que a habilitam a exercer a presidência do sindicato.

O papel desempenhado por Joelma enquanto presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com apoio da FETAGRI e da CPT, traz à cena pública não apenas as discussões em torno da problemática da violência do campo, mas também a questão da demanda por terra no município de Rondon do Pará. Tão logo ela assume a direção do Sindicato, em 2002, quatro áreas que estavam ocupadas por trabalhadores são transformadas em Projetos de Assentamentos de reforma agrária pelo INCRA.

É importante esclarecer que, para o reconhecimento público, dezenas de trabalhadores rurais sem terras, cadastrados pelo STR nos anos seguintes, passam a ocupar imóveis que haviam sido constituídos pela apropriação ilegal de terras públicas da União ou do estado do Pará. Coube ao INCRA arrecadá-los para fins de reforma agrária. Não só essas novas áreas são transformadas em Projetos de Assentamentos, mas os trabalhadores rurais, ali assentados, podem receber recursos para a compra de ferramentas de trabalho, para a produção de pequenos animais e para a construção de casas e de estradas vicinais. Segundo os dados do INCRA³⁶, entre outubro de 2002 e dezembro de 2009, são criados 13 Projetos de Assentamentos no município, compreendendo uma área de 51.163 hectares, onde se torna possível assentar 897 famílias.

O poder de ação do Sindicato sob o comando de Joelma deve ser dimensionado na esfera pública, compreendido como luta dos trabalhadores pelo reconhecimento do direito a terra, a moradia, a condições de trabalho que não sejam a da utilização de trabalho degradante e/ou trabalho escravo, enfim, pelo direito a cidadania. O processo legal não poder ser vivido como uma violação dos direitos, negados pelos proprietários de terra, e, muitas vezes, pelo Estado e pelo sistema judiciário, esteios da sociedade neoliberal. Nesse contexto, a pluralidade social é uma referência importante para os sindicatos dos trabalhadores rurais e a narrativa de Joelma passa agora, neste outro momento, pela construção discursiva de uma ética indissociável da luta pelos direitos humanos.

Se o seu tempo na direção do sindicato é o da ação e, também, de afirmação política perante a própria direção do sindicato, até então comandado por homens, ela, como dirigente sindical tem que atuar em várias frentes. Não importa se “tive de aprender com a dor”, mas agora é necessário ampliar as reivindicações políticas pelo

36 INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Brasília, 04/09/2018.

direito do trabalhador “existir” e denunciar aqueles que se opõem a esse direito de existir e ter moradia e sobrevivência garantidas. Joelma não apenas aprende com o sofrimento pela perda do marido e pai de seus filhos, mas agora, também, com o sofrimento de ter de conviver ela mesma com as ameaças de morte, obrigada a enfrentá-las cotidianamente. Mesmo nessa condição, de afirmação da própria sobrevivência, no seu relato, Joelma já incorpora o discurso que valoriza a mulher em posição de liderança, os enfrentamentos políticos e sua postura “na mesa de negociação”. Neste ponto, o seu relato dá lugar a predominância da linguagem verbal sobre a visual, que permite uma maior inflexão do discurso da prática da mulher em posição de liderança:

A mulher está em todos os espaços, mas a forma que eu cheguei, que tive de vir aprender com a dor, eu tive que vir fazer os trabalhos sindicais a partir da dor, aprender a negociar, fazer (...). Então, a partir desse momento que eu estive à frente, passei a fazer parte, vamos dizer, da mesa de negociação, representando os trabalhadores, então o meu nome soou. Não sei se a palavra correta é dizer *meu nome soou forte*, eu não sei se é essa a palavra, mas tem uma fala que é assim: – *Não, a Joelma é uma grande liderança, impôs aquele respeito da mulher-liderança, da mulher que faz uma batalha pela melhoria de vida, né?* Em defesa da vida. Então, eu passei a já não ficar na plateia, mas sim ir para a mesa de negociação, então foi totalmente diferente. Então eu tive que aprender a entrar na discussão em defesa dos trabalhadores.

Assim é que a produção discursiva do papel político da mulher no âmbito da direção do sindicato se estrutura em sua nova aprendizagem (“tive que aprender a entrar na discussão...”; “na mesa de negociação”). Judith Butler se refere ao fato de sermos transformados pelos encontros que vivenciamos, pelas relações intersubjetivas constituídas com o “outro”, entre os aspectos cruciais para a ação política³⁷. Além disso, para essa autora se torna essencial “nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal...” E, sobretudo, que esta “ontologia corporal é uma ontologia social”, o que implica compreender que “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente”³⁸. É neste quadro de reflexões que podemos debater a postura performática de Joelma no âmbito das mudanças em sua vida e nas relações sociais, as inversões de papéis e, particularmente, a sua representatividade política.

Nessa trilha, a crítica social de Joelma reflete seu ponto de vista ao responder as indagações sobre a violência como prática cotidiana no Pará, onde os proprietários de

37 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. Dispossession: The Performative in the Political. Cambridge: Polity Press, 2013; mais diretamente ligada ao espaço social da temática aqui tratada, consultar a importante contribuição de SILVA, Idelma Santiago et al. (Orgs). Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental. Belém, PA: Paka-Tatu, 2017.

38 BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.15-16.

terra agem praticando assassinatos, sobretudo de lideranças de trabalhadores rurais e, também, daqueles que defendem a floresta.

A reflexão de Joelma, com base na experiência da vida pública e privada, faz uma avaliação crítica que organiza a experiência verbal e visual:

Primeiro vem a forma deles acabarem com a pessoa em vida, porque só de você ficar coagido, ameaçado e tentando fazer o seu trabalho, por mais que seja uma ameaça, você morre antes do tempo. Porque você não sobrevive, porque só em tu saber... tu faz um trabalho, tu passa oito anos ameaçado, e [alguém] dizendo – *Olha, fulano vai te matar, tu não passa de tal dia...* Só ali eu vejo que já está acabando a tua vida em vida. Eu vejo que é assim.

Por outro lado, eles fazem tantas ameaças para te coagir... Até aonde tu vai? Até onde tu aguenta? – *Olha, fulano de tal tem... Trabalha com pistolagem tal. Não, mas é poderoso. Não, mais tem dinheiro.* Então, é a força do poder do domínio do comando que tem sobre a vida.

Nessa passagem, Joelma expõe o poder e o controle dos proprietários para minar as forças de resistência, que se valem também da tortura psicológica que potencializa a violência. A violência como prática, na visão de Joelma, é a opção pela ilegalidade que confronta o Estado de direito³⁹. Além disso, manifesta-se o desejo de poder dos proprietários de terra em neutralizar e fazer calar os que não se submetem. Ademais, Joelma estende as suas reflexões sobre como os trabalhadores rurais são vistos e enquadrados socialmente, “o que devem” e o que “não devem ser”, em um esquema seletivo historicamente determinado:

A outra coisa é que você... Você tem que servir essas pessoas. Você não pode ter uma visão tua: tu não pode conhecer os teus direitos, tu não pode ser um cidadão livre, tu tem que sempre ser dependente desse poderio. [Pelo contrário] Temos que ser independentes desse poderio, não é? Tu tem que trabalhar nas carvoarias, tu tem que ser trabalhador da fazenda, tu tem que ser trabalhador das serrarias? Ou tu tem que ser um dos capatazes deles? É assim que essas pessoas têm que ser vistas [para eles, que tem o poder econômico], que tem que ser dependente dessas pessoas. Tu não tem que ter tua auto-estima, tu não tem que ter a visão de conhecer o teu direito. Mas temos [no discurso de Joelma] que ser independentes e quando tu entende que tu tem que ser livre que tu é um cidadão como ele, não pela forma que eles trabalham, mas que tu tem que ser um cidadão livre com direito de ir e de vir, se tu opina por isso e, principalmente, se tu defende outras vidas em todo um conjunto, tu não tá servindo o município pra essas pessoas e aí eu deixo claro que não é... Eu não vou generalizar.

39 Ver também para esta questão levantada AFONSO, José Batista Gonçalves. *Violação de direitos humanos no campo: um enfoque a partir da Amazônia*. In: PEREIRA, Airton dos Reis et al. *Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira*. Belém: Paka-Tatu, 2017, p. 277-306.

Tu tá atrapalhando este grupo que tem essa visão, que tá atrapalhando o poder que eles têm. Porque se tem uma terra que é ocupada, que é uma terra pública ou uma terra grilada!!!

Nesse discurso, Joelma aponta questões cruciais e, dentre elas, salta à vista as normas e regras que se dispõem a submeter trabalhadores aos esquemas sociais de reconhecimento, regras e modelos que são historicamente determinados. Dizem respeito à construção dos direitos ou à criação de critérios que os colocam ou não à margem dos direitos sociais. As delimitações como operações de poder são explícitas e, também, implícitas, num jogo de vida e morte. Contudo, explicita também um “método” que deve ser compreendido na organização política e social da qual faz parte.

Assim, no âmbito dessa moldura social, a violência deixa seu rastro nas produções discursivas que aparecem na imprensa, nos relatos das polícias, nas práticas judiciárias que trazem as justificativas de empresários, fazendeiros, Estado e órgãos estaduais ao enquadrar as lideranças na moldura dos “fora da lei”, “baderneiros”, “invasores” que provocam a “desordem pública”. Justificam os crimes, negando o direito à vida, culpando as próprias vítimas pelas suas mortes. A recorrência aos assassinatos de lideranças e demais trabalhadores deve ser vista em um quadro complexo e multifacetário, tecido com vários fios.

Nessa perspectiva, portanto, compreender a violência, desnaturalizando-a e debatendo-a como fenômeno histórico, requer considerar: primeiro, a resistência dos trabalhadores, especialmente lideranças, que não se conformam às normas e regras, isto é, não se acomodam na modelagem proposta. Segundo, quando empresários e fazendeiros se confrontam com várias formas de iniciativas de resistência, lançam mão de aparatos paramilitares, polícias corruptas, que ficam impunes, milícias, grupo de pistoleiros. Nesse sentido é necessário repensar a condição precária dos trabalhadores rurais, dos que vivem sob o enquadramento social de “vidas que não vale a pena chorar ou se lamentar por elas”⁴⁰. Conjuntamente a essas práticas e dispositivos de poder, ainda, convive-se com o trabalho escravo nas fazendas de gado bovino, madeireiras e em várias outras áreas do agronegócio, sob o poder de grupos que ocupam espaços na política, no judiciário, no governo. Poder de homens e mulheres que se nomeiam “cidadãos”. Na voz de Joelma e no quadro verbal e visual, com o qual ela finaliza, a reação, não é apenas de denúncia, mas de ação política:

Não é cidadão! Então, quem coage as pessoas, que enriquece ilicitamente com trabalho, com o suor dessas pessoas e que não pagam. E aí? Como é que fica? Se tu defendes esses trabalhadores, se tu faz uma frente de uma denúncia, tudo isso que o Estado poderia tomar providências, que o Estado poderia apurar essas ameaças, porque todas as denúncias... O

40 BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Op. cit.

Dezinho chegou a fazer dossiê de todos os acontecimentos, várias, várias denúncias foram feitas, mas que o Estado não apurou e que o Estado não protegeu o Dezinho e outros trabalhadores! Tanto é que hoje temos a história do Dezinho. Então matar significa calar, significa acabar. Só que aí foi engano deles, levantou outras lideranças!

Quando a interpelamos – Inclusive a sua liderança! A resposta não deixa dúvida:
– “Inclusive a minha pessoa!”

Joelma neste fragmento da denúncia indica o poder de ampliação da mobilização que ultrapassa a sua pessoa, e que a insere no tempo presente da história dos trabalhadores rurais. O seu relato oral permite refletir acerca de situações e acontecimentos que ela, Joelma, vivencia e narra com enorme riqueza de detalhes visuais e verbais que espessam e alargam o tecido da rememoração. Os desdobramentos narrativos que constituem e significam o relato oral, em seu conjunto, projetam, assim, uma prática discursiva que atua na configuração da memória histórica.

Se o interesse é colocar em foco imagens narrativas que destacam o tema da violência da luta pela terra no Pará, com ressonância em outras experiências no Brasil, os sentimentos e as percepções da líder sindical contemplam a tragédia pessoal e social em um nível micro-histórico. Ao mesmo tempo, sua narrativa projeta também imagens que a produzem como signo da transformação do si-mesmo, associada a uma dimensão social mais ampla, macro-histórica, em que a ideia de “ser livre” constitui o caminho pelo reconhecimento de direitos – para que “tu seja uma cidadã e um cidadão”.

*

O Programa de Defensores dos Direitos Humanos tem garantido proteção permanente a Joelma. Dois agentes armados permanecem 24 horas cuidando da sua segurança e, em 2006, Joelma recebeu o XI Prêmio de Direitos Humanos do Brasil na categoria “Defensores dos Direitos Humanos”, entregue pelo Presidente Lula.

Recebido em 07 de maio de 2019.

Aprovado em 20 de julho de 2019.